

O tempo das crises, a crise da esquerda e a necessidade de rasgar os horizontes

The time of crises, the crisis on the left and the need to broaden the horizons

Vitor Bartoletti Sartori*

Resumo

Fundamentados na teorização chasiniana, intentamos defender que, para que a esquerda possa voltar a rasgar horizontes, é preciso reconhecer as derrotas do movimento comunista e, em última análise, a profunda crise na esquerda. A partir da análise das utopias da década de 1920 e da comparação entre as perspectivas da crítica da economia política dos clássicos do marxismo com o estado atual das fundações das principais pesquisas marxistas, estipularemos que, mais do que nunca, hoje não é possível retirar a poesia do passado, mas do futuro. O resultado é que o tempo das crises é aquele em que a autocrítica e a identificação das limitações das teorizações contemporâneas se tornam urgentes. Caso se objetive a crítica efetiva à figura atual do sistema capitalista de produção, é necessário perder muitas ilusões, reconhecer muitas derrotas para que, então, o comunismo – e não o cinismo da extrema-direita – possa voltar a animar as massas.

Palavras-chave: movimento comunista; tempo das crises; Chasin; crise da esquerda

Abstract

Based on Chasinian theory, we intend to argue that, for the left to stretch the horizons once again, it is necessary to recognize the defeats of the communist movement and, ultimately, the profound crisis within the left. Based on the analysis of the utopias of the 1920s and on the comparison between the perspectives of the critique of political economy in the classics of Marxism and the current state of the foundations of the main research of the present, we will establish that, more than ever, it is not possible today to extract poetry from the past, but from the future. The result is that the time of crises is one in which self-criticism and the identification of the limitations of contemporary theorizing are urgent. If the objective is to effectively criticize the current form of the capitalist system of production, it is still necessary to get a rid of many illusions, to recognize many defeats so that, then, communism – and not the cynicism of the extreme-right – can once again animate the masses.

Keywords: communist movement; time of crises; Chasin; crisis on the left

* Mestre em História pela PUC-SP, doutor em Filosofia do Direito pela USP e professor da UFMG. E-mail: vitorbsartori@gmail.com.

Introdução

Olhar as práticas e os debates teóricos de cem anos atrás é, simultaneamente, um exercício essencial, instigante e insuficiente. Certamente, a imprescindibilidade do acerto de contas com as experiências revolucionárias do século XX torna a avaliação sobre o movimento comunista algo decisivo. Por um lado, o combate de homens e mulheres daquele tempo voltou-se contra algo que ainda aflige o momento presente, o sistema capitalista de produção. Consequentemente, naquilo de mais nuclear, a luta dessas pessoas, não só é atual, como encontra-se na ordem do dia. Por outro lado, as transformações pelas quais passou o modo capitalista de produção, bem como o moderno proletariado, fazem do romantismo diante dos revolucionários da década de 1920 algo insustentável.

A mirada para o passado, como já defendeu Marx (1997) no *18 Brumário*, não deve buscar retirar qualquer poesia das experiências já findas. Antes, como estipulou o próprio autor (2008) em seu *As lutas de classes na França*, tal olhar poderia compreender os erros dos homens e das mulheres do passado para que as ilusões daqueles derrotados não voltem a atormentar o cérebro dos vivos, tal qual um pesadelo. Portanto, o reconhecimento das derrotas da classe trabalhadora é parte fundamental da teoria e da práxis revolucionária. Ao falar da derrota das jornadas de junho de 1848, Marx (2008, p. 95) justamente traçou essa correlação e bradou: “a revolução morreu! Viva a revolução”!

Nesse sentido, acreditamos ser vital para a esquerda identificar suas derrotas, objetivando apreender as determinações do presente acertadamente e sem ilusões. No presente texto intentamos abordar tal aspecto, objetivando compreender o tempo presente como um tempo de crises e como um momento de crise na própria esquerda.

1. Cem anos atrás: a vitória da classe trabalhadora, a agitada década de 1920 e as aporias da Revolução Russa

Há cem anos, o espectro da Revolução Russa rondava o mundo. Mesmo com a morte prematura de Lênin, debates acalorados tomavam de assalto a teoria, discutindo, como na investigação de Preobrazhensky (1971), a situação *sui generis* da Rússia atrasada, a vigência ou não da lei do valor na transição ao socialismo, o impacto da persistência do mercado e, na mesma esteira, em especial na obra de Pachukanis (2017), do direito nas sociedades revolucionárias, dentre outros temas. Tratou-se, certamente, de um tempo de crises, de um momento precedido pela carnificina da I Guerra Mundial.

Contudo, ao contrário da época em que vivemos, a revolução socialista aparecia para grande parte da humanidade como a solução para as mencionadas crises. Mais que isso, a potência da esquerda era marcante, tanto porque tinha por trás de si uma classe trabalhadora combativa, como porque os líderes e teóricos socialistas explicitavam com todas as letras as contradições, os recuos, as derrotas e as dificuldades advindas da vitória da revolução de 1917. Os autores que mencionamos acima, por exemplo, participaram ativamente da revolução, ao mesmo tempo em que, forçados pelas circunstâncias e pelo impulso revolucionário, insistiram que haveria problemas decisivos caso a manutenção de formas econômicas (como mercadoria, dinheiro e, acrescentamos, capital) e de formas jurídicas e políticas ligadas ao desenvolvimento

capitalista fosse prolongada em uma espécie do que Preobrazhensky (1971) chamou de acumulação primitiva socialista.

Retrospectivamente, a coragem e a clareza dos revolucionários elencados – e de tantos outros, como Trotsky, só para que não olvidemos o exemplo mais marcante – salta aos olhos e não deixa de causar admiração nos homens e nas mulheres de nosso tempo.

Como estipulou Deutscher (2006), até a consolidação do stalinismo, a tarefa de edificar uma nova sociedade, com um modo de produção distinto, conviveu com debates abertos e cujas consequências práticas eram gritantes. Tome-se como ilustração os embates sobre a vigência da lei do valor e do direito. Nesses casos, a defesa da necessidade da perpetuação da autovalorização do valor, bem como o desenvolvimento de um direito socialista adequado a tal situação poderia resultar (para Bukharin, por exemplo), na implementação lenta, “a passo de tartaruga”, do socialismo. Mais que isso, em verdade, tal posição, como no caso da enorme maioria dos autores e revolucionários soviéticos, vinha a estipular a necessidade de um Estado operário colocado como o representante por excelência do moderno proletariado e da revolução socialista. Como resultado, uma situação incômoda, como aquela descrita por Lenin em *Estado e revolução* (2010, p. 118), pareceu poder ser evitada pela defesa do governo e do aparato estatal. Lenin, porém, diz:

Na sua primeira fase, no seu primeiro estágio, o comunismo não pode ainda, economicamente, estar em plena maturação, completamente liberto das tradições ou dos vestígios do capitalismo. Daí um fenômeno interessante de se continuar prisioneiro do “estreito horizonte do direito burguês”. O direito burguês, no que concerne em relação à repartição pressupõe, evidentemente, um Estado burguês, pois o direito nada é sem um aparelho capaz de impor a observação de suas normas. Segue-se que, durante certo tempo, não só o direito burguês mas também o Estado burguês, sem burguesia, subsiste em um regime comunista! (Lenin, 2010, p. 118)

Lenin apontou a persistência do direito burguês e do Estado burguês, e não o desenvolvimento de um direito socialista. O revolucionário ainda trouxe à baila um problema de significado global para o movimento comunista de seu tempo: os revolucionários e os governantes que buscassem suprimir o capitalismo estariam por algum tempo lidando com instituições burguesas e, acrescentamos na esteira de Preobrazhensky e Pachukanis, com formas econômicas e jurídicas típicas do sistema capitalista de produção.

Os revolucionários, o movimento socialista e a classe trabalhadora, assim, para que se use as palavras do autor de *Estado e revolução*, permaneceriam prisioneiros enquanto as relações econômicas e os hábitos burgueses persistissem. Por conseguinte, a imaturidade da sociedade de transição (em específico, no caso russo, em que as forças produtivas, em especial no campo, não estavam desenvolvidas como nos outros países europeus), levaria a dilemas complexos e decisivos sobre os rumos da revolução e da luta de classes. Para atacar o âmago das instituições e das relações de produção que se pretendia suprimir, tornava-se necessário admitir suas persistências por algum tempo.

Os textos de Lenin e as intervenções teóricas e práticas de outros revolucionários dotados do mesmo ímpeto sempre explicitaram tais dificuldades, típicas daquilo

que José Chasin (2000), posteriormente, viria a chamar de “socialismo de acumulação”. Preobrazhensky (1971), em especial, destacou os percalços da empreitada soviética que era dotada de dificuldades muito específicas de um país atrasado, com pouco desenvolvimento de forças produtivas e com especificidades marcantes na produção rural. Assim, os homens e as mulheres da década de 1920 nunca poderiam pensar em universalizar o modelo soviético, como aconteceria posteriormente, com a III Internacional e com Stálin.

As teorizações da década de 1920 são também marcantes, entre outros aspectos, pela riqueza desse debate e pelas suas consequências na gestão da jovem URSS e, como lembrou Wendy Goldman (2014, p. 31), na vida cotidiana e familiar das pessoas submetidas ao regime soviético. No início da experiência revolucionária, isso, inclusive, direcionou o equacionamento revolucionário da questão de “gênero”, da socialização do cuidado e da supressão do patriarcado. Os bolcheviques como um todo estavam imbuídos de um realismo e de uma autocrítica decididos sobre o assunto, de modo que:

Desprovida de embelezamento, a visão bolchevique era baseada, portanto em quatro preceitos: união livre, emancipação das mulheres através do trabalho assalariado, socialização do trabalho doméstico e supressão da família. (Goldman, 2014, p. 31)

As temáticas da emancipação feminina e da superação da família patriarcal foram essenciais para a Revolução Russa na década de 1920, somente restando eclipsadas, como comprovou a própria Goldman (2014), quando o stalinismo se consolidou na década de 1930. Assim, a correlação entre família patriarcal, propriedade privada, classes sociais, direito e Estado – já abordada por Marx (1988) nos seus escritos sobre Morgan e Maine¹ e, posteriormente por Engels (2002) – apareceu com clareza para os revolucionários soviéticos. Ou seja, a década de 1920 foi profícua em debates essenciais para a concepção marxista e para a superação do capitalismo. Também houve o reconhecimento das dificuldades gigantescas enfrentadas pela Revolução Russa. Não é nosso tema nesse texto, porém, também nesse momento, as teorizações de autores como Lukács, Korsch, Gramsci ganham fôlego, de tal feita que não é difícil averiguar a importância dessa época.

No entanto, há outro lado da questão. Tais embates práticos e teóricos ocorreram em uma condição *sui generis* e que, como sabemos, redundou, não na revolução mundial, mas na “estabilização” e no stalinismo, ou seja, no fim dos debates abertos. Ainda pior, no Ocidente, ocorre a emergência no nazifascismo na década de 1930. Não cabe aqui qualquer suposição sobre o que poderia ter acontecido caso alguém como Trotsky houvesse triunfado no lugar de Stálin. A busca por aquilo que poderia ter sido e que não foi talvez seja a pior forma de tirar a poesia do passado, aquela que olha para um passado inexistente. E, assim, tanto aquilo que há de grandioso quanto o que existiu de mais problemático nos anos de 1920 precisa de lembrança, porque o resultado dessa época não decorre somente de problemas ligados à personalidade e à individualidade de Stálin.

Por mais que a problemática seja sobressalente no desenrolar do movimento comunista do século XX, os fatores destacados anteriormente e cuja presença os próprios

¹ Sobre o assunto, vale conferir o artigo de Ana Carolina Marra de Andrade (2024).

revolucionários estavam conscientes não puderam ser resolvidos. No socialismo de acumulação, a “acumulação primitiva socialista” ocorreu, não como estipulado por Preobrazhensky, mas com a coletivização forçada do campo; o incremento das forças produtivas veio com uma indústria de base desenvolvida com o suor e o sangue do proletariado soviético; o mercado não foi extirpado, mas ligado à exportação de gêneros agrícolas; o dinheiro permaneceu e o direito socialista (uma verdadeira contradição em termos) tornou-se uma espécie dogma do Estado soviético; por fim, até mesmo devido ao isolamento da URSS e da guerra civil, o exército vermelho, a polícia secreta e o aparato estatal agigantaram-se. Os próprios fatores cujo reconhecimento apareceu como claro aos revolucionários da década de 1920 consolidaram-se como problemas permanentes para o socialismo de acumulação que deu a tônica do movimento comunista do século XX.

Tanto o caráter extraordinário dessa experiência quanto seu destino trágico são determinações indissociáveis. Também por isso, é premente identificar no socialismo de tipo soviético algo não mais passível de constituir um modelo para a esquerda.

Sob as mais diversas matizes, e não obstante conquistas que se esvaíram quase que completamente em nossa época, a empreitada fracassou. Consequentemente, não basta – ainda hoje – tentar reviver os cadáveres dessa época senão para que se acerte as contas com o passado e se perceba as limitações daquilo que houve de mais grandioso no século XX. Com todas as letras, é preciso dizer que a derrota do socialismo do século passado é um fato e, enquanto retirarmos a poesia do passado, o futuro do comunismo está obstaculizado de modo inelutável. Por conseguinte, é imprescindível perceber claramente as ilusões e as autoilusões daqueles que lutaram contra o capitalismo há cem anos para que não sejamos um simples pastiche desses grandes homens e mulheres.

Somente é possível evitar que o comunismo vá para a lata de lixo da história (a história bárbara que vem sendo escrita) caso reconheçamos as derrotas, como apontou Chasin, “em suma, colapso prático e teórico, que se constitui em fecho de toda a experiência revolucionária do século”, Nesse sentido, continua o filósofo paulista, com um ponto desagradável, “o que torna obrigatória a verificação dolorosa de que o século e meio de lutas compreendido entre 1848 e 1989 foi um século e meio de insucessos e fracassos, onde o ‘socialismo’ real é a derrota culminante dessa dura história de derrotas”. (Chasin, 2000, p. 200) O socialismo de acumulação, portanto, é parte do passado e precisa ser analisado sem nostalgias ou ilusões, para que acertemos as contas com ele.

O resultado é não mais ser possível ou desejável permanecermos, para que se use a expressão de Lenin, prisioneiros de concepções e práticas que não foram capazes de se livrar das instituições, das tradições, das formas econômicas, políticas e jurídicas inerentes ao domínio do capital. Por essa razão, é inevitável que acertemos as contas com o marxismo e o movimento comunista do século XX com o fim de avançar diante dos dilemas do presente, em que o marxismo e o comunismo permanecem essenciais.

2. Cem anos depois: a derrota do movimento dos trabalhadores, a morte da esquerda e a atualidade da perspectiva histórica da esquerda

Reconhecer as derrotas do passado abre espaço para rasgar horizontes. Embora não seja suficiente para tanto, trata-se de uma tarefa sem a qual a luta comunista é impossível. Entretanto, os momentos posteriores às derrotas mencionadas, não raro,

são marcados por um claro-escuro em que o velho está morto e o novo não consegue nascer.

Cem anos depois do momento essencial, mas trágico, da Revolução Russa, estamos diante de um tempo em que a nostalgia diante daquilo derrotado está presente e um sujeito social interessado na mudança substancial da sociedade ainda tem sua faceta bastante esfumaçada e borrada. Trata-se da época em que tentar tirar a poesia do passado não é uma opção verdadeira e em que as lutas da classe trabalhadora têm se colocado, sobretudo, de modo defensivo. Assim, a crise do modo de produção capitalista, embora não possa ser vista como uma espécie de crise terminal, como, por vezes, Kurz (2001) e Mészáros (2002) parecem supor, é visível a olho nu, ao mesmo tempo em que não engendra outra sociabilidade. Nas palavras de José Chasin:

Viver e sobreviver para o capital tornou-se existir *na e através da crise*. De cada crise do capital não tem brotado o *novo*, mas a reiteração de si próprio em figura agigantada, de igual ou maior problematidade. Em palavras diversas: a reprodução ampliada do capital, contemporaneamente, reproduz a si mesmo em proporções inauditas, ao mesmo tempo que reproduz em tamanho correlato sua crise constitutiva. Trata-se da reconversão administrada da crise em meio de existência. (Chasin, 2000, p. 181-182)

Se é verdade que a crise, como bem demonstrou Jorge Grespan (2012), já está presente como uma espécie de negativo do capital desde a constituição mais basilar dessa forma econômica, igualmente acurado é que as crises capitalistas concretas haviam aberto horizontes para o novo de um modo muito mais direto que hoje.

As crises passadas foram superadas com o incremento da produtividade, com novas matrizes tecnológicas e científicas na medida mesma em que lidar com a organização da classe trabalhadora era uma tarefa árdua. No final do século XIX e durante grande parte do século XX, de modo profundamente problemático e na esteira do crescimento do movimento comunista, idas e vindas, conquistas e concessões da classe trabalhadora, vitórias de revoluções, como a russa e aquelas posteriores ao processo de descolonização, conviveram com a superação das crises cíclicas do modo de produção capitalista. Ou seja, a crise constitutiva do capital redundava em contradições desse modo de produção, em que o novo e o velho digladiavam de modo encarniçado e violento.

Hoje, porém, a reprodução ampliada do capital avança sem a superação de sua crise constitutiva – tal qual antes – e sem conseguir superar efetivamente as crises ao trazer, mesmo que de modo opositivo, novas potencialidades que ultrapassem o domínio do capital em qualquer sentido. A mera sobrevivência sob a égide do capital ocorre, como defendeu Chasin (2000, p. 181), “na e através da crise”.

A problematidade do capital explicita-se em proporções nunca vistas na medida mesma em que as ilusões sobre o caráter progressista e democrático do sistema capitalista de produção se esvaem para grande parte das pessoas, inclusive, para aquelas influenciadas por ideologias de extrema-direita. Nesse contexto, a esquerda torna-se um pastiche de si mesma caso tente resgatar dos mortos o socialismo de acumulação ou o desenvolvimentismo e as heterodoxias keynesianas no campo da economia. Ela também não avança um milímetro sequer caso se torne simplesmente uma gestora das crises do capital, reconhecendo, somente de modo cínico, sua derrota na medida em que admite, nas palavras de Chasin (2000, p. 181-182), “a reconversão administrada

da crise em meio de existência”. Com o socialismo de acumulação inviável e com uma pseudoesquerda tornada gestora do capital, a esquerda que não reconhece sua derrota, ou que se relaciona com ela de maneira cínica, está morta. A dura realidade é que o reconhecimento das derrotas do movimento dos trabalhadores resulta no diagnóstico de que a esquerda contemporânea, em parte substancial, é efetivamente um cadáver insepulto. E, diante da situação, o vazio deixado pela esquerda é ocupado pela direita, inclusive, agressivamente.

O tempo das crises resulta de uma derrota tremenda. Contudo, também possibilita a perda de ilusões, pois, como estipulou Chasin (2000, p. 202), “quanto mais concreta for a representação do atual momento desfavorável, tanto mais solidamente poderão ser fundadas as esperanças, pois a *morte da esquerda* não é a *extinção da perspectiva histórica da esquerda*”. Consequentemente, tratar da morte da esquerda é reconhecer a derrota resultante da constatação segundo a qual a época “entre 1848 e 1989 foi um século e meio de insucessos e fracassos, onde o ‘socialismo’ real é a derrota culminante dessa dura história de derrotas”. (Chasin, 2000, p. 200) Ou seja, mais do que nunca, é preciso tirar a poesia do futuro, e não do passado. O momento em que vivemos é desfavorável na mesma medida em que os dilemas colocados pela Revolução Russa e pelo socialismo de acumulação podem ser investigados *post festum* com o intuito de extirpar as ilusões sobre o presente. O reconhecimento da morte da esquerda, assim, não gera qualquer fatalismo.

Tal apreensão do real nos permite olhar retrospectivamente para as superstições e os equívocos do passado para que eles não se repitam. Parafraseando Marx, podemos dizer que a esquerda está morta, mas, ao perdermos nossas ilusões, podemos dar vivas à esquerda do futuro. Caso objetivemos lograr êxito nessa empreitada, a análise dos fracassos do passado é uma pré-condição, sendo também imprescindível identificar nossas fraquezas do presente, decorrentes da derrota mencionada, bem como da ausência de teorização sólida sobre as determinações essenciais de nossa época, o tempo das crises.

3. A política e a crítica da economia política ontem e hoje: ainda a impossibilidade de retirar a poesia do passado

A fim de explicitar nossas colocações, podemos comparar a crítica da economia política de hoje com aquela do passado. Também nesse caso, não é possível qualquer nostalgia quanto àquilo que foi ultrapassado. No entanto, a grandeza de autores como Rosa Luxemburgo, Lenin, Sweezy, Baran, Mandel e outros diante de nossos contemporâneos é marcante. Do final do século XIX até o começo da década de 1970, os marxistas tiveram à sua disposição análises econômicas globais e totalizantes, como as desses pensadores. Hoje, em sentido distinto e ao que tudo indica, a crítica da economia política pode estar sendo retomada, mas os esforços ainda não conseguiram trazer à tona uma abordagem que apreenda o ser-propriadamente-assim do presente em sua totalidade. Obviamente, realizamos somente ponderações aqui, sem quaisquer pretensões a mais do que ilustrar as diferenças específicas entre o passado e o presente. Por conseguinte, trabalhos futuros serão necessários para que as análises aqui trazidas sejam completadas e problematizadas.

No final do século XIX, as investigações marxianas do livro III de *O capital* e as colocações engelsianas do *Anti-Düring* forneceram bases sólidas para abordar as empresas por ações, as empresas públicas, as cooperativas, do capital fictício representado tanto na dívida pública quanto no mercado de ações. O resultado foi que, mesmo que autores como Bernstein e Kautsky não tenham sabido aproveitar tais formulações, elas detinham a capacidade de auxiliar profundamente na compreensão da realidade da época, inclusive, para que as potencialidades políticas daquele momento ficassem claras ao movimento comunista. Os fenômenos novos decorrentes da evolução do capitalismo emergiam no horizonte crítico dos melhores teóricos da época (os próprios Marx e Engels) e, dessa maneira, qualquer esquematismo supostamente marxista, como aqueles que se desenvolveram no Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD) e, posteriormente na II Internacional, poderia prontamente ser abandonado em favor de uma visão rigorosa, fundamentada e cuidadosa do presente. Soma-se a isso o fato de que, ainda mais do que uma análise econômica, as colocações marxianas e engelsianas lançaram luz sobre a derrota da Comuna de Paris e sobre as mudanças ocorridas no final do século XIX e que não tornavam mais vantajosas as barricadas, símbolo das revoluções de 1848. Ou seja, ainda em vida, os autores do *Manifesto comunista* viram-se obrigados a reconhecer as insuficiências de suas colocações e táticas preteritamente defendidas e, com isso, tornaram a autocrítica do movimento comunista parte orgânica da crítica revolucionária da sociedade capitalista.

As derrotas do movimento comunista não somente foram reconhecidas pelos dois amigos alemães como houve formulação teórica sobre suas consequências. Até onde as forças e a influência dos dois revolucionários permitiu, eles sempre identificaram as derrotas da classe trabalhadora e o significado político dessas derrotas. Nesse sentido específico, o ímpeto dos autores ainda nos fornece um exemplo sólido e atual.

Contudo, é preciso deixar claro que Marx e Engels não tinham proeminência ideológica no movimento da classe trabalhadora, o qual se aproximava muito mais dos proudhonianos, dos lassalianos e de outras formulações teóricas criticadas direta e duramente pelos autores do *Manifesto*. Nesse sentido, hoje, é vital enxergar a efetividade da unidade entre teoria e prática postulada pelos revolucionários alemães com reservas. Tal princípio, devido a circunstâncias históricas que não podemos analisar aqui, em verdade, acabou fornecendo o parâmetro prático efetivo, não para os revolucionários do século XIX, mas somente para a próxima geração de marxistas, aquela de Lenin e Rosa Luxemburgo. Em consequência, mesmo a atuação revolucionária de Marx e de Engels não possui a propriedade de, por si só, parametrizar a poesia do futuro, primeiramente, devido às diferenças substanciais entre a época dos autores e a nossa e, em segundo lugar, porque, com suas teorias, eles não foram capazes de direcionar as lutas de seus tempos.

Por essas razões, voltamo-nos também para a próxima geração de revolucionários com o objetivo de averiguar a mencionada unidade entre teoria e práxis, bem como a correlação entre a crítica da economia política e o desenvolvimento de posicionamentos políticos concretos. Trata-se da geração a que pertencem revolucionários marcados pela Revolução Russa, entre outros, Rosa Luxemburgo e Lenin.

No final do século XIX e no início do século XX, e em debate com as teorizações de Otto Bauer e Rudolf Hilferding, tanto *Imperialismo, fase superior do capitalismo* (2005) quanto *Acumulação de capital* (1970) procuraram, ao mesmo tempo, retomar o

legado marxiano e engelsiano e avançar diante das diferenças específicas entre o passado e o presente do sistema capitalista de produção. Tal imperativo alimentou-se de necessidades teóricas decorrentes do maior crescimento do capital bancário e da organização massiva da classe trabalhadora e, pelo que defendemos aqui, é essencial para toda a investigação marxista. Em verdade, a convivência da retomada dos fundamentos clássicos com as pesquisas sobre a especificidade do momento presente é fundante da crítica marxista.

Perante as mudanças ocorridas desde a morte de Engels, Lenin e Rosa Luxemburgo apreenderam a monopolização, o capital bancário e a exportação de capital em correlação com as leis imanentes do modo de produção capitalista, bem como com a conexão com as consequências políticas dessa organização da produção, que ficaria conhecido como imperialismo, e com uma época de guerras massivas e, potencialmente, mundiais. Esses dois revolucionários marcantes do início do século XX deixaram à disposição da classe trabalhadora explicações sobre a crise econômica, sobre o avanço político e belicista e sobre a derrota do movimento dos trabalhadores ligado aos partidos social-democratas. Desse modo, a teoria revolucionária poderia oferecer impulso para a práxis revolucionária. A atuação leniniana, por exemplo, dependeu muito de seus estudos sobre *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* (1982) e sobre *Estado e revolução* (2010). Assim, a unidade revolucionária entre teoria e práxis foi traduzida nas teorizações sobre a economia e sobre a política e textos como *Que fazer?* (1988) e *Reforma social ou revolução?* (2005) conjugaram a análise de conjuntura, os conhecimentos sobre a crítica da economia política e a teorização sobre a política, o sindicato, o partido e a importância do fator subjetivo na revolução. Olhando retrospectivamente, nota-se um momento proeminente na crítica marxista e a riqueza do começo do século XX não deixa de encantar aqueles educados no marxismo. No entanto, como explicitamos acima, tais autores e os movimentos dos quais eles participaram redundaram na década de 1920 e de 1930.

Consequentemente, mesmo os fundamentos sólidos da crítica da economia política e de uma análise da política e da conjuntura não foram suficientes para lidar com as aporias da Revolução Russa e da década de 1920. Mesmo os debates mais bem embasados, como aquele que envolveu Preobrazhensky, Pachukanis, Lenin, Bukharin e outros revolucionários importantes, tiveram um destino trágico, vinculado à emergência do stalinismo e do socialismo de acumulação. Por essa razão, também sob este prisma, a nostalgia não pode prestar serviços substanciais à causa do movimento comunista.

Em verdade, a vitória de uma perspectiva como a stalinista levou ao isolamento da Revolução Russa, à burocratização do Estado soviético e às aporias que apontamos acima ao analisar a década de 1920. Soma-se a isso a cegueira na qual foi envolvida a esquerda no momento de oposição entre fascismo e socialismo de acumulação. E, assim, a geração seguinte de teóricos e revolucionários que analisaram a crítica da economia política ainda procurou manter o ímpeto de Lenin e de Rosa Luxemburgo, mas o cenário em que a consolidação do stalinismo parecia irreversível se impôs. Por essas razões, os debates mais interessantes da crítica marxista na economia ocorreram em franco diálogo com tradições não marxistas, como a keynesiana. E, nesse contexto, no momento posterior à II Guerra Mundial – e já com a Guerra Fria ganhando fôlego – as

teorizações de Baran e de Sweezy (1966) emergem, ao mesmo tempo, dando novo fôlego à análise marxista das relações econômicas e pagando alto tributo às categorias de Keynes.

O tratamento das crises econômicas e da problemática do desenvolvimento em tais autores é riquíssima. Em *O capitalismo monopolista*, Baran e Sweezy (1966) se voltam também à realidade da sociedade dos Estados Unidos da América, apreendendo o consumismo, a propaganda, o papel da indústria bélica e a imbricação dessas determinações com aquelas ligadas aos conflitos raciais. Ou seja, a abordagem global e totalizante continua nos autores, os quais procuram partir da sociedade americana como modelo clássico de desenvolvimento do capitalismo de suas épocas. No que diz respeito à abordagem dos países periféricos do capitalismo, sobretudo, Baran (1984) tece uma análise perspicaz sobre os dilemas do desenvolvimento econômico, dialogando com Celso Furtado (que figura na epígrafe de seu *Economia política do desenvolvimento*) com o afã de mostrar que os rumos do capitalismo seriam incapazes de solucionar os problemas aos quais esses países estavam sendo submetidos. Por conseguinte, os autores tanto buscam apreender as determinações gerais do modo de produção capitalista na fase monopolista quanto intentam voltar-se ao desenvolvimento concreto da divisão internacional do trabalho, das taxas de lucro, das dificuldades de realizar o mais-valor e da maneira específica pela qual a grande indústria poderia se conformar em cada país.

O debate com o keynesianismo, no entanto, cobrou seu preço, pois a lei do valor aparece, por vezes, com um tratamento apressado e chega a ser descartada sob determinados aspectos. As crises econômicas passam a ser abordadas com referência constante à categoria de demanda efetiva e, também por isso, ao mesmo tempo em que as teorizações dos autores são ricas, vivas e perspicazes, elas tomam o marxismo como algo que tem na obra marxiana uma inspiração para que questões colocadas aos economistas (e não para a crítica da economia política necessariamente) pudessem ser resolvidas.

Diante do avanço do stalinismo, Baran e Sweezy (1966) posicionam-se de modo crítico, ainda que a coletivização do campo tenha seduzido Baran em sua obra aqui mencionada. O contexto de Guerra Fria, a ausência de informações substanciais sobre os países sob influência da URSS, o debate guiado por uma problemática keynesiana e as limitações que já apareciam no movimento comunista maculam a visão de mundo desses dois marxistas de tal modo que, também aqui, não há como a nostalgia ser proveitosa.

O vigor da obra dos dois autores não deixou de conviver com certo ecletismo metodológico e com apelos seletivos à resolução dos problemas ligados à industrialização. Trata-se de obra que deu ensejo a uma das linhas mais proveitosas de crítica à economia política contemporânea, aquela ligada à *Monthly Review* e que abriga importantes autores como Fred Magdoff e John Bellamy Foster. Entretanto, é notável como os temas do livro III de *O capital* prevalecem sobre aqueles do livro I tanto nos fundadores da tradição mencionada quanto os seus legatários do presente. E, assim, a investigação séria, comprometida e global dos autores, apesar de todos os seus méritos, deu margem para certo empobrecimento do horizonte da crítica da economia política marxista. A grandeza de Baran e de Sweezy é evidente. A importância dos autores também. Entretanto, a empreitada da crítica da economia política, que em Lenin e

Rosa traziam consequências políticas claras e militantes, passa a se assemelhar com as problemáticas que balizaram análises econômicas de autores contrários ao marxismo.

O resultado é uma tradição respeitável e grandiosa, mas incapaz de apreender a totalidade do desenvolvimento do sistema capitalista de produção e, acima de tudo, carente de uma análise sobre as contradições engendradas pela vigência da lei do valor.

Tal aspecto por nós mencionado foi, inclusive, evidenciado por Mandel (1985) em seu *O capitalismo tardio*. Nessa obra, o autor contrapõe-se aos autores de *O capitalismo monopolista* e procura recuperar a lei marxiana do valor. Ao fazê-lo, defende que o nível de abstração utilizado no livro I de *O capital* deixa de ser um artifício teórico e passa a ser parte da própria realidade de modo mais direto que antes. Mandel também não deixa de lado os temas do livro III, tratados por Baran e Sweezy com referência à teoria keynesiana sobre a demanda efetiva. Nesse sentido específico, o marxista belga procura retomar a obra de Marx para, então, poder avançar diante das condições tratadas por Marx, por Engels e, posteriormente, por Lenin. Tal ímpeto busca retirar da crítica da economia política qualquer traço eclético e, assim, acreditamos, dá um passo decisivo.

Mandel também aborda o setor de serviços, tal qual Baran e Sweezy. No entanto, ao invés de utilizar a concepção de “excedente econômico”, volta-se à teoria do mais-valor e identifica a expansão do mais-valor relativo também nesse setor. A recuperação da teoria do valor e do mais-valor são grandes conquistas de *O capitalismo tardio*, que, conjuntamente com tal procedimento, aborda a dinâmica das crises capitalistas ao se voltar à busca de superlucros advindos de ganhos de produtividade decorrentes de inovações tecnológicas na força motriz do departamento I da economia.

O processo imediato de produção, a realização do mais-valor na circulação de mercadorias e as figuras econômicas do processo global de produção são retomados por Mandel que, assim, fornece aquela que talvez seja a última análise marxista global da crítica da economia política. A ênfase do autor na luta de classes também procura estabelecer um nexo entre sua análise econômica e as mediações políticas necessárias para a superação da fase tardia de desenvolvimento do sistema capitalista de produção. Ou seja, Ernest Mandel realiza uma investigação capaz de apreender tanto as dimensões mais basilares do modo de produção capitalista quanto questões concretas, essenciais para o entendimento do momento em que o sistema produtivo vivia na década de 1970. O ímpeto de se basear em Marx e nos clássicos do marxismo, como Lenin e Trotsky, assim como sua tentativa de debater com Sweezy e Baran, merecem todo o respeito também.

A fundamentação trotskista da posição de Mandel permite que ele não se aproprie de modo demasiadamente seletivo dos acontecimentos na URSS e, também por isso, o autor possui menos ilusões quanto ao socialismo de acumulação. Contudo, as ilusões persistem e, mesmo na década de 1990, o autor de *O capitalismo tardio* acreditou que o percurso criado pela URSS não poderia ser desfeito, que o capitalismo não poderia ser retomado na Rússia. E, sob esse aspecto, os erros de julgamento de Mandel, e de toda uma geração, sobre a natureza do socialismo de acumulação soviético estão escancarados. As esperanças do autor na IV Internacional e nas organizações trotskistas também não deixou de carregar certo romantismo quanto à década de 1920. Inclusive, ares de glorificação da personalidade de Trotsky também apareceram nos piores

momentos do grande marxista belga, e o resultado foi que um tratamento muito cuidadoso da economia política conviveu com certo voluntarismo e utopismo no campo da luta de classes.

Talvez aquele que tenha sido o último grande autor da crítica da economia política marxista expresse de modo mais característico a maneira pela qual os pensadores do movimento comunista do século XX tomaram a unidade entre a teoria e a práxis, ao fim, como um axioma. Também por isso, hoje precisamos explicar como, mesmo com a influência e o destaque de autores da importância de Lenin, Rosa Luxemburgo, Trotsky, Sweezy, Baran e Mandel, a esquerda está morta.

4. A política e a crítica da economia política ontem e hoje: os descaminhos da esquerda atual no tempo das crises

Em diferentes momentos, os autores mencionados acima investigaram o modo de produção capitalista como um todo, tanto objetivando apreender as contradições desse sistema produtivo quanto com a finalidade de entrelaçar as dimensões econômicas e as estratégias políticas concretas. Pelo que defendemos acima, mesmo que tal empreitada ainda seja admirável, as condições sociais de suas épocas e as aporias que o movimento comunista enfrentou tornam a investigação da obra desses autores necessária, mas insuficiente. Tal caráter explicita-se, primeiramente, porque as circunstâncias contemporâneas são distintas. Em segundo lugar, devido ao fato, por nós reiterado, de que buscar retirar a poesia do passado remete a uma dimensão nostálgica e romântica, a qual é avessa à compreensão reta do presente, do passado e, com maior razão, do futuro. Com efeito, “aquilo que poderia ter sido e que não foi” pode até mesmo expressar erros táticos e estratégicos do passado, mas nunca pode levar a qualquer parâmetro para o presente que não o negativo. Olhar para o passado propicia que não cometamos os mesmos erros, entretanto, não autoriza analogias descabidas com o presente, até mesmo porque o tempo das crises precisa ser mais bem compreendido do que foi.

Seguindo as décadas de 1970 e 1980, a derrota das esquerdas, e do movimento comunista em específico, tornou-se cada vez mais saliente depois do contexto em que os levantes de 1968 fracassam. Autores mencionados acima, como Mandel e Baran, continuaram a desenvolver suas pesquisas em meio à situação; no entanto, a tônica de seus trabalhos parecia não apreender com o devido cuidado algumas dimensões novas do capitalismo da época, restando a seus sucessores a difícil tarefa de analisar a nova anatomia do sistema capitalista de produção. Assim, se é verdadeiro que a investigação desses autores continua uma referência para nós e não pode ser desconsiderada, pelo que estipulamos, não é possível simplesmente os usar de referência para o entendimento da situação presente. Ainda sobre a dificuldade de compreender o sistema capitalista de produção depois das décadas de 1970 e 1980, também é igualmente relevante salientar que, no sentido oposto de Mandel e Baran, a década de 1980 em especial é pródiga em abordagens que enfatizam a novidade do presente de modo exagerado.

Adam Schaff (1990) e Jean Lojkin (2002), por exemplo, enxergam na sociedade capitalista uma espécie de revolução informacional e que tornaria as análises marxistas pretéritas, como um todo, essencialmente ultrapassadas. Com isso, os pensadores enfocam demasiadamente em novas tecnologias que, diga-se de passagem, hoje, estão ultrapassadas. Eles tratam certamente de problemas reais, mas o fazem na contramão

de uma análise que ainda tenha por central elementos clássicos do marxismo, como a lei tendencial da queda da taxa de lucro, a composição orgânica do capital, a taxa de mais-valor, a divisão internacional do trabalho e os seus impactos na distribuição do mais-valor, entre outros temas. O resultado são análises interessantes, mas limitadas e que explicitamente pretendem abandonar a pretensão de uma compreensão global do sistema capitalista de produção em favor de certa ânsia por apontar as novidades do presente.

O ímpeto de apreender os elementos que caracterizam a diferença específica do presente frente ao passado é vital. Contudo, a pressa em apontar tais elementos de modo parcelar pode desfigurar aquilo que caracteriza a crítica da economia política. Como consequência, a possibilidade de uma ligação orgânica entre o entendimento teórico do tempo presente e a organização de posições políticas consistentes torna-se remota.

A mirada para o passado nos deixa admirados com a capacidade que os autores como Lenin, Rosa, Baran, Sweezy, Mandel e outros possuíam sob esse quesito. Porém, igualmente real é a impossibilidade de a nostalgia guiar de modo plausível a práxis política e a crítica da economia política. Por conseguinte, a primeira constatação sobre o movimento comunista posterior às décadas de 1970 e 1980 é sua dificuldade em realizar uma real crítica da economia política. Contudo, outro aspecto a ser constatado sobre o assunto é a pertinência do ímpeto que guiou os autores que buscaram investigar a diferença específica de seus tempos frente àquele dos clássicos do marxismo.

Em se tratando de clássicos, vale ainda destacar que ninguém menos que Lukács (1999) defendeu que o marxismo não estava munido de armas adequadas para a compreensão daquilo que ocorreu nas décadas de 1960 e 1970. Ou seja, ao mesmo tempo em que os autores que são referência para o tratamento do presente buscam algo legítimo, eles mostram dificuldades em realizar aquilo de mais basilar a um marxista, uma real e efetiva crítica da economia política, que possa se vincular a um programa político.

Lukács (1999) foi muito duro sobre a situação e estipulou serem raros os marxistas que efetivamente liam e compreendiam Marx. De acordo com o autor húngaro, aqueles capazes de tal tarefa, por sua vez, geralmente, aplicavam as categorias marxianas sem mediações ao presente. Por essas razões, o renascimento do marxismo envolvia tanto uma compreensão de Marx e dos clássicos do marxismo (Lukács acreditava principalmente na fertilidade do pensamento de Lenin) quanto um ímpeto que iria no sentido da apreensão da diferença específica do tempo presente frente àquilo abordado por esses autores.

Ao relacionarmos a crítica de Lukács ao que ocorre depois das décadas de 1970 e de 1980, é visível que o árduo trabalho de renascimento do marxismo não pôde ser realizado. Autores como Schaff e Lojkin tendem a abandonar o pensamento de Marx e dos clássicos do marxismo como algo ultrapassado. Na esteira da problemática relacionista, pensadores como David Harvey (1992) esforçam-se para compreender o presente enfocando a análise do chamado “modo de acumulação”, também inviabilizando uma análise do capitalismo nos moldes dos clássicos da economia política.

Harvey (2018) certamente realiza um trabalho de divulgação da obra marxiana, porém, também acaba por utilizar o pensamento do autor de *O capital* como um incentivo entre outros para pensar o presente, realizando uma espécie de curto-circuito

carente das devidas mediações históricas e sociais ao se deparar com tarefas como as elencadas pelo autor de *Para uma ontologia do ser social*. O resultado é certa ânsia em seu pensamento, objetivando uma resposta decisiva ao presente com as possibilidades nele disponíveis.

No entanto, é necessário destacar que os esforços para compreender as determinações do ser-propriadamente-assim da realidade daquilo que Chasin chamou de tempo das crises não estão caracterizados de modo mais evidente nesses pensadores, que são, sob os aspectos mencionados, problemáticos. Antes, tais esforços localizam-se, de um lado, nos legatários dos mencionados Baran e Sweezy, como John Bellamy Foster e Fred Magdoff e, de outro, em autores que reafirmam como todas as letras a necessidade de supressão do Estado e da relação-capital, como Robert Kurz e István Mészáros.

Foster e Magdoff (2009) seguem as pistas de Baran e Sweezy e enfatizam a categoria keynesiana da demanda efetiva. Com o objetivo de explanar a crise econômica de 2008, eles abordam os elementos financeiros da economia estadunidense em correlação com o papel do crédito no consumo. Analisam temas atuais como a securitização e a formação de bolhas imobiliárias e, nesse sentido específico, realizam um trabalho de grande relevo. Porém, é interessante ressaltar que sequer chegam ao grau de sistematização e problematização da financeirização que autores como Toussaint (2002) ou Chesnais (1996). Consequentemente, a abordagem de tais autores corre certo risco, porque se torna uma sombra da crítica da economia política presente nos fundadores da tradição da *Monthly Review*. Que fique claro: não há demérito nos autores, que realizam uma investigação de grande relevo para o presente. Porém, não há como deixar de notar que a compreensão global do capitalismo está ausente em suas análises.

Tal qual em seus predecessores, Foster e Magdoff não tratam da autovalorização do valor a partir da teoria do valor marxiana, ou dos clássicos sobre o assunto, como Rubin (1987), por exemplo. Nesse sentido, mesmo dialogando com autores contemporâneos, ambos pensadores ainda devem muito a uma problemática keynesiana e, também por isso, com eles, uma crítica da economia política marxista que tenha a compreensão do “todo artístico” de *O capital* para, então, poder avançar, não aparece no horizonte. As temáticas investigadas dizem respeito, sobretudo, ao nível de concretude que o livro III possui. E, desse modo, a vinculação entre o processo imediato de produção, o processo de circulação e as figuras do processo global de produção resta, por vezes, eclipsada. Uma consequência disso é a crítica ao sujeito automático do capital, bem como ao Estado não serem explícitas a todo o momento, sendo raras as referências à necessidade de superação do modo de produção capitalista como tal. A crítica marxista da economia, nesse sentido específico, possui dificuldades em situar-se no movimento comunista e, em verdade, sequer a defesa aberta de superação das relações de produção capitalistas ganha destaque. Porém, de modo algum, trata-se de simples “reformismo”, maculado por uma espécie de ausência de espírito revolucionário, mas de um sintoma do tempo das crises e das dificuldades que esse tempo propicia àqueles envolvidos na tentativa de criticar a sociabilidade do capital. Foster e Magdoff oferecem contribuições, entretanto, é visível que a vinculação entre a teoria e a práxis, assim como uma crítica global do capitalismo, não são desenvolvidas explicitamente nos posicionamentos dos autores sobre a economia.

No lado oposto do espectro, estão autores distintos como Kurz e Mészáros. Ao contrário da tradição da *Monthly Review*, eles são, a todo o momento, explícitos sobre a necessidade de superar o capitalismo e o Estado como tais. Essas circunstâncias explicitam a coragem e o ímpeto essencialmente revolucionário desses autores, os quais, a todo o momento, enfatizam a crítica ao valor como elemento essencial para o presente.

Mészáros (2002), seguindo as críticas realizadas por Lukács, procura identificar a necessidade de atualizar *O capital* de Marx para o tempo presente. Por conseguinte, um ímpeto necessário é salientado a todo o momento pelo autor de *Para além do capital*.

Em sua obra, algo essencial ao tempo presente, a saber, o acerto de contas com o passado soviético, também ganha relevo, de tal modo que tanto o acerto de contas com a esquerda (que, hoje, acreditamos, está morta) quanto a especificidade do capitalismo contemporâneo são colocados como tarefas imprescindíveis. Porém, o aparato de crítica da economia política mobilizado pelo autor, em grande parte, é aquele de Baran e de Sweezy. Os dados e estatísticas sobre o presente também são mobilizados de modo escasso, tanto para tratar da implosão da economia soviética, quanto para abordar a fase atual do desenvolvimento do capitalismo. Em sequência, uma tese interessante é ressaltada pelo autor: o capitalismo estaria em crise estrutural desde a década de 1970.

O apelo de tal tese é evidente e mobiliza tanto a crise do modo de produção capitalista quanto a crise da própria esquerda com a finalidade de explicitar os problemas do momento que Chasin chamou de tempo das crises. Ocorre, entretanto, que, não raramente, a tese de Mészáros adquire contornos catastrofistas e passa a impressão de que nos deparamos com uma crise terminal do capital. Conjuntamente com tal posicionamento, há uma generalização de leis supostamente presentes no modo de produção capitalista em sua faceta contemporânea, como a “lei da taxa de uso decrescente”, a qual levaria à catástrofe ambiental e à obsolescência programada em um patamar inédito. Nesses pontos, as fraquezas da obra de Mészáros transparecem, pois, ao contrário dos autores clássicos da crítica da economia política, o autor de *Para além do capital* não mobiliza dados, estatísticas, tendências e contratendências de modo satisfatório. Suas críticas, mesmo que corretas sob diversos aspectos, possuem um tom quase que aforístico, em que a análise categorial do capitalismo contemporâneo dá lugar a expressões dúbias e pouco esclarecedoras, como “crises estrutural” e “lei da taxa de uso decrescente”.

A coragem do autor, assim como seu ímpeto abertamente socialista são visíveis. A todo o momento, ele expressa a necessidade de superar o capital e o Estado, bem como a atualidade e a urgência do socialismo. Seus princípios, portanto, são irretocáveis, sob esse aspecto. Contudo, também parece haver certa pressa em apresentar ao mundo uma resolução das contradições que marcam o capitalismo contemporâneo. Nesse sentido, não foram raros os elogios de Mészáros ao regime chavista da Venezuela e, sob esse aspecto, ao que nos parece, há um evidente *wishful thinking* por parte do marxista húngaro.

O autor, com isso, alterna entre investigações importantes e a defesa quase cega da posição segundo a qual, ao fim, a esquerda está vivíssima e, no limite, ganhando força. O otimismo de Mészáros pode até mesmo ser contagiante e certamente possui

a beleza de quem, mesmo no final da vida, nutria as maiores esperanças na humanidade. Contudo, pelo que dizemos, o reconhecimento das derrotas do presente e do passado é uma condição sem a qual não há como elaborar um programa de transição para além do capital.

Kurz talvez esteja em uma posição política oposta. Seu pessimismo e seu sarcasmo diante dos rumos do mundo posterior à derrocada do socialismo de acumulação tornam-se marcantes. Para o autor, o que resta é uma razão sangrenta, marcada pela autovalorização do valor e por um grau de fetichismo antes inédito, tratando-se de uma espécie de colapso da modernização, em que países capitalistas e o socialismo de caserna estariam juntos. A derrocada de uma forma de sociabilidade seria perceptível e, em seu lugar, o novo não emergiria de modo algum. O autor alemão, desse modo, soma sua voz à de Mészáros, sendo visível certo catastrofismo e a crença segundo a qual o capitalismo se encontra em uma crise de que não poderia sair. Marcado por temas relacionados à lei do valor, à reificação e ao sujeito automático do capital, o autor é resoluto em sua crítica ao capitalismo contemporâneo. Também é bastante claro sobre a imprescindibilidade da derrocada de tal sistema produtivo a do Estado. Ao contrário de Mészáros, porém, ele tende a enxergar os clássicos do marxismo como parte do processo de modernização, agora em colapso. Por essa razão, assim como autores como Postone (2014), e mesmo que com acentos distintos,² Kurz procura uma crítica às sociedades baseada no trabalho.

Nesse sentido, ele destaca algo importante porque o obreirismo típico da esquerda do século XX efetivamente morre com o socialismo de acumulação. Todavia, certas aproximações que o pensador faz, como, por exemplo, entre Lenin e a ética protestante, não deixam de ser incômodas devido à falta de mediações e às generalizações exageradas.

Salta aos olhos também a pressa em apontar a existência de uma crise, ligada a uma espécie de colapso, havendo poucos dados, estatísticas e análises de casos concretos nas linhas de Kurz. Tal qual Mészáros, parte das críticas (justas) do autor, restam como aforismos contagiantes, mas escassos de fundamentação empírica cuidadosa.

A consciência sobre o fato de que há uma nova fase do capitalismo está presente, e é clara para o autor a derrota sofrida pela esquerda e, em especial, pelo movimento comunista. Entretanto, a ausência de tematização cuidadosa dos elementos mais concretos da vida econômica é uma marca da teorização kurziana. Como resultado, ao contrário dos legatários de Baran e Sweezy, o autor de *O colapso da modernização* tematiza e procura desenvolver as consequências da lei do valor. O outro lado dessa investigação, porém, é certo catastrofismo destituído de estudos sobre temas clássicos do livro III de *O capital* e das teorias das crises presentes nos clássicos do marxismo. Apesar de coerente com a posição de Kurz, tais contornos levam a um empobrecimento da crítica da economia política e redundam em um pessimismo quanto ao presente, estipulando a incapacidade de vincular a crítica da economia política à elaboração de uma posição política socialista.

Há contribuições reais dos autores mencionados, assim como de muitos outros que não pudemos abordar. Todavia, a compreensão global do sistema capitalista de

² Em *Tempo, trabalho e dominação social*, Postone (2014) realiza uma leitura imanente muito mais cuidadosa que a de Kurz, procurando resgatar a obra do próprio Marx daquilo que chama de “marxismo tradicional”.

produção parece estar fora do horizonte da crítica da economia política contemporânea. A intencionalidade de realizar tal abordagem certamente existe, nada obstante, a capacidade – pelo que defendemos aqui, dependente de condições reais, e não somente da consciência dos teóricos – de realizar tal abordagem ainda não está presente.

No espectro antagônico na crítica da economia política do presente, se formos averiguar a investigação de Fred Magdoff e de John Bellamy Foster, notamos que o ímpeto de avançar em uma abordagem global do capitalismo contemporâneo é obstaculizado por uma abordagem embasada em categorias como excedente econômico e demanda efetiva, que são incompatíveis com a lei do valor. Em Mészáros e Kurz, ocorre o oposto, porque o valor, o fetichismo e o sujeito automático do capital são valorizados na medida mesma que temas mais concretos, como aqueles presentes na tradição dos autores da *Monthly Review*, estão escassamente presentes e, quando aparecem, carecem de uma fundamentação estatística e empírica suficiente. Se formos pensar em termos de *O capital* de Marx, de um lado, há uma ênfase no livro I e, de outro, no livro III. O resultado é trágico, pois as temáticas do processo de circulação (ou seja, do livro II) são abordadas de modo menos cuidadoso e a compreensão conjunta do processo imediato de produção, da circulação e das figuras do processo global de produção não está presente.

Nesse sentido específico, a nata da crítica da economia política contemporânea, não obstante a presença de importantes estudos sobre a obra de Marx, está aquém das tarefas mais básicas estipuladas por Marx em *O capital*. A interligação entre esses momentos pode ser anunciada por estudiosos distintos da grande obra de Marx, como Ben Fine e Alfredo Saad Filho (2021), somente para mencionar um entre tantos exemplos possíveis. Contudo, os estudos sobre a realidade do capital hoje ainda são incapazes de estabelecer teoricamente tal vinculação dos momentos do sistema capitalista de produção contemporâneo. Como resultado, a organização política na crítica ao capitalismo definitivamente não está sequer perto de seus melhores momentos.

A ausência de uma vinculação transparente entre a crítica da economia política, a análise do capitalismo como um todo e a organização de uma posição política socialista clara é tanto o resultado como o sintoma do tempo das crises, um tempo em que o reconhecimento das derrotas e das ilusões do passado é uma condição imprescindível para que exista avanço verdadeiro nas lutas do presente e na organização dessas lutas.

Conclusão: 100 anos depois da ascensão de Stálin, a necessidade de enterrar os mortos diante da morte da esquerda

Infelizmente, ainda nos encontramos na mesma situação em que Chasin se encontrava quando defendeu que “estamos muito mais empenhados em abrir uma brecha à compreensão pelo alinhamento preliminar de um contorno analítico, do que dar por estabelecido um sistema de interpretação”. (Chasin, 2000, p. 12) Não obstante, o reconhecimento das limitações da esquerda do presente é parte essencial da renovação de suas perspectivas. Como já mencionamos, “quanto mais concreta for a representação do atual momento desfavorável, tanto mais solidamente poderão ser fundadas as esperanças, pois a *morte da esquerda* não é a *extinção da perspectiva histórica da esquerda*”. (Chasin, 2000, p. 202) Estar consciente das falhas, dos lapsos e das insuficiências é um primeiro passo para que se consiga, por fim, enterrar os mortos.

A posição marxista continua atual no sentido de que as determinações básicas do modo de produção capitalista ainda dominam a existência humana de nosso tempo. Entretanto, as derrotas que datam de 1848 até hoje mostram que, por mais que os clássicos do marxismo forneçam posições importantes – dentre eles o próprio Chasin, que utilizamos como base para grande parte de nossas colocações –, a apreensão da especificidade do capitalismo contemporâneo e de suas possibilidades ainda não foi realizada de modo satisfatório e, também por isso, esses autores e essas autoras são insuficientes. Por conseguinte, o tempo das crises é uma época de incertezas e de necessária autocrítica. Ademais, pelo que dissemos, ainda estamos aquém do mínimo estipulado por Marx e Engels. A esquerda contemporânea pode até mesmo ter seus méritos, mas é uma sombra daquilo que o movimento comunista já foi e, por isso, não só aquilo de mais basilar nos falta, como avançar diante dos autores do *Manifesto comunista* é algo que, ao contrário de Lenin, Rosa, Sweezy, Baran, Mandel e outros em suas épocas, não pudemos realizar.

Uma das principais teses que defendemos é que, quanto mais negarmos esse fato, mais a cegueira teórica é reposta e mais longe estamos de admitir as derrotas que sofremos e cuja função principal, hoje, deve ser acabar com nossas ilusões herdadas do passado.

A verdade é que cem anos depois da ascensão de Stálin, e muito tempo depois da implosão da URSS, oscilamos – claro que com nuances – entre posições igualmente equivocadas. De um lado, há uma tendência a não se admitir as derrotas estrondosas e as falhas congênitas do movimento comunista do século XX; de outro, o abandono do marxismo e de qualquer perspectiva de emancipação do trabalho. Nesse ímpeto, ansiosos por ter algo a que se agarrar, autores como Losurdo (2010) procuram revitalizar Stálin de modo vergonhoso. Outros, como Jabbour e Gabriele (2021), mesmo que nunca tratem concretamente da situação da classe trabalhadora chinesa, tendem a enxergar esperanças reais no “socialismo de mercado” chinês. Tal forma de análise realiza a antítese direta do que acreditamos ser essencial para o futuro da perspectiva esquerda (e da própria humanidade). Assumidamente, tais autores dizem chocar-se com tradições muito fortes no pensamento de esquerda, como “aquela que gira em torno da centralidade da categoria da liberdade – uma tradição enraizada em boa parte da obra do próprio Marx”. (Jabbour e Gabriele, 2021, p. 243) Outrossim, a defesa de Losurdo explicitamente tira sua poesia do passado (um passado fortemente condenável, diga-se de passagem) e Jabbour e Gabriele olham, não para novas formas capazes de superar o capitalismo, mas (como eles mesmos assumem sem pestanejar) para variantes de desenvolvimentismo e da lei do valor e, assim, defendem a reiteração daquilo de mais problemático no domínio do capital.

Ao invés de uma imagem especular do capitalismo contemporâneo na figura do socialismo de mercado, é necessário perder as ilusões quanto às potencialidades reais de formas revigoradas do socialismo de acumulação. A ânsia por algo a que se apegar de imediato leva à defesa de posições atreladas à reprodução ampliada do capital, e não à superação da relação-capital como tal. Reforçar as autoilusões também possui um efeito dúbio: de início, pode até mesmo retirar força da ideologia liberal, pois busca uma alternativa não alinhada às potências do capitalismo central. Porém, tanto o resgate de Stálin e do stalinismo quanto a defesa do “socialismo de mercado” reforçam as piores concepções correntes sobre o que seria o comunismo e ainda prestam o desserviço de retirar de campo da pior maneira possível a temática da liberdade,

que é deixada para a direita, mais precisamente, para a extrema-direita, que avança enquanto a esquerda não reconhece as próprias derrotas, não enterra os mortos e não perde as ilusões do passado.

Chasin possui plena razão quando defende que “quando a esquerda não rasga horizontes, nem infunde esperanças, a direita ocupa o espaço e draga as perspectivas: é então que a barbárie se transforma em tragédia cotidiana”. (Chasin, 2000, p. 287)

Na época em que vivemos, justamente a tragédia cotidiana torna-se plenamente vigente. Com a ausência de uma teorização global do capitalismo por parte da esquerda e com a consequente ausência de programa econômico e político, somos forçados a lutas meramente defensivas e, com elas, podemos ganhar algumas batalhas importantes, mas não ganhamos os corações das massas. Isso ocorre porque a defesa das concessões conquistadas pelo movimento (derrotado) dos trabalhadores volta-se, de um lado, à amenização dos impactos do avanço da reprodução ampliada do capital capitaneada pela direta e pela extrema-direita e, de outro lado, mune-se de uma ideologia que supõe a possibilidade de avanços definitivos sob a égide do capital. Na ausência do socialismo verdadeiro, e de um sujeito social interessado na mudança substantiva da tessitura da sociedade, não raro, tarefas burguesas como industrialização, criação de um mercado interno, organização de instituições democráticas são tudo que a pseudoesquerda, na melhor das hipóteses, consegue defender. Assim, a esquerda não rasga horizontes. Pelo contrário, ela é conservadora – aliás, muito mais conservadora que a extrema-direita – diante daquilo que se apresenta como os ganhos civilizatórios do domínio do capital.

As esperanças em uma mudança substantiva não se encontram na esquerda que, por essa razão, está morta. Ela continua vagando como um cadáver insepulto que, quase que de maneira nominalista, repete mantras que, no melhor dos casos, aparecem como ilusões piedosas. A esquerda, portanto, não perdeu as ilusões e não reconheceu devidamente suas derrotas. Entretanto, a pior parte disso está no fato de que as massas, ao contrário daqueles que se recusam a reconhecer as próprias derrotas, já enxergam o caráter ilusório de uma perspectiva que sequer compreende o ser-propriadamente-assim do capitalismo e permanece atada a lutas meramente defensivas. A consequência trágica desse fato é a direita transmutar-se e, ao contrário da esquerda, perder suas ilusões, resultando um realismo pueril e cínico que defende com todas as letras a falência da democracia burguesa ao mesmo tempo em que se apegua àquilo que existe de mais brutal do sistema capitalista de produção. A barbárie se tornou uma tragédia cotidiana que vem sendo proclamada como a solução para o sistema capitalista de produção.

A dura realidade é que o avanço da extrema-direita é também o resultado da morte da esquerda, da manutenção das ilusões e do não reconhecimento de nossas derrotas. O resultado é que, caso não enterremos nossos mortos, corre-se o risco de os espaços historicamente destinados à esquerda serem ocupados pela extrema-direita.

A derrota do marxismo e do movimento comunista da década de 1920 deu ensejo a uma década de 1930, em que a barbárie fascista foi plenificada. Naquele momento, a extrema-direita avançou diante das insuficiências da esquerda e do movimento comunista, mas foi forçada a enfrentar batalhas sangrentas contra uma classe trabalhadora organizada nos sindicatos e nos partidos social-democratas e comunis-

tas. O fascismo foi uma resposta ao avanço revolucionário do socialismo e do marxismo. Hoje, porém, encontramos-nos em uma situação muito diferente porque não há o triunfo da esquerda e do socialismo, mas a derrota dessa perspectiva. A classe trabalhadora está desorganizada e atomizada, sendo o avanço da extrema-direita, não uma resposta às vitórias do movimento comunista, mas um ataque direto e uma ofensiva diante daquilo que resta das conquistas de concessões que foram conseguidas nos séculos XIX e XX. Se a esquerda permanecer morta, não basta que sua perspectiva histórica ainda seja atual, pois não há uma representação correta do momento presente e, com isso, o posicionamento político que rompa horizontes não aparece. Nesse sentido, o primeiro requisito para enfrentar as demandas do presente é reconhecer a morte da esquerda, as derrotas que sofremos e nossa atual incapacidade de mobilizar as massas e inculcar esperanças.

Se ainda não acertamos sequer as contas com aquilo que se passou há um século, cem anos depois da ascensão do stalinismo, ainda estamos muito aquém dos grandes homens e mulheres da década de 1920, cuja derrota ainda precisamos analisar e ruminar. Assim, acreditamos ser necessário abrir caminho para a investigação de nossas próprias derrotas com a finalidade de apreender sem ilusões as determinações do presente e, com isso, sermos capazes de rasgar horizontes, ocupar os espaços e inculcar esperanças nas massas, afirmando explicitamente que a única possibilidade concreta diante da barbárie cotidiana está na derrubada do sistema capitalista de produção e na defesa do comunismo.

Referências

- ANDRADE, Ana Carolina Marra de. “A crítica ao direito nos ‘assim chamados’ Cader-
nos Etnológicos de Karl Marx: os comentários a Henry Sumner Maine”. *Verino-
tio*, v. 29, n. 1, 2024, p. 465-492.
- BARAN, Paul. *Economia política do desenvolvimento*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- BARAN, Paul & SWEEZY, Paul. *Capitalismo monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.
- BUKHARIN, Nicolai. *A economia mundial e o imperialismo*. São Paulo: Abril cultural, 1984.
- CHASIN, José. *A miséria brasileira*. Santo André: Ad Hominem Livros, 2000.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- DEUTSCHER, Isaac. *Stálin: uma biografia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasi-
leira, 2006.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São
Paulo: Centauro, 2002.
- FINE, Ben & SAAD FILHO, Alfredo. *O capital de Marx*. São Paulo: Contracorrente, 2021.
- FOSTER, John Bellamy & MAGDOFF, Fred. *The great financial crisis*. Nova York:
Monthly Review Press, 2009.
- FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril cultu-
ral, 1983.
- _____. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- GOLDMAN, Wendy. *Mulher, Estado e revolução*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- GRESPLAN, Jorge. *O negativo do capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- HARVEY, David. *A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI*. São
Paulo: Boitempo, 2018.
- _____. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- JABBOUR, Elias & GABRIELE, Alberto. *China: o socialismo do século XXI*. São Paulo:
Boitempo, 2021.
- KURZ, Robert. *O colapso da modernização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- LENIN, Vladimir. *Estado e revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- _____. *O imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- _____. *Que fazer?* São Paulo: Hucitec, 1988.
- _____. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- LOJKINE, Jean. *A revolução informacional*. São Paulo: Cortez, 2002.
- LOSURDO, Domenico. *Stalin: história crítica de uma lenda negra*. Rio de Janeiro: Re-
van, 2010.
- LUKÁCS, György. *Pensamento vivido: autobiografia em diálogo*. Viçosa: Editora UFV,
1999.
- LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma social ou revolução?* São Paulo: Expressão Popular,
2005.
- _____. *A acumulação de capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

- MARX, Karl. “As lutas de classes na França”. In: YASHIDA, Miguel (org.). *A revolução antes da revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 37-199.
- _____. *O 18 Brumário de Luiz Bonaparte*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- _____. “Los apuntes etnológicos de Karl Marx”. In: KRADER, Lawrence. *Los apuntes etnológicos de Karl Marx*. Madrid: Pablo Iglesias Editorial, 1988.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- PACHUKANIS, Evguiéni. *Teoria geral do direito e o marxismo*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- POSTONE, Moishe. *Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- PREOBRAZHENSKY, Evgueni. *La nueva economía*. México: Ediciones Era, 1971.
- RUBIN, Isaac Illich. *Teoria marxista do valor*. São Paulo: Polis, 1987.
- SCHAFF, Adam. *A sociedade informática*. São Paulo: Unesp, 1990.
- TOUSSAINT, Eric. *A bolsa ou a vida*. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

Recebido em 08 julho de 2025

Aprovado em 05 de setembro de 2025